

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Processo nº: 01.046.966/23-25

Convênio SMASAC nº 02/2023

Processo Fiocruz nº 25381.000541/2023-26 e Nº SAGE 308/2023

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA, A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ POR MEIO DO INSTITUTO RENÉ RACHOU - IRR E A FUNDAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE (FIOTEC) PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES RELATIVAS À IMPLEMENTAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES.

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA, doravante denominada **CONCEDENTE**, com sede na Av. Afonso Pena, nº 342 - Bairro Centro - Belo Horizonte/Minas Gerais, CNPJ sob o n.º 18.715.383/0001-40, neste ato representada por sua Secretária, **Rosilene Cristina Rocha**, e como **CONVENIENTE** a FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ, entidade pública criada e mantida pela União, vinculada ao Ministério da Saúde, inscrita no CNPJ sob o n 33.781.055/0001-35, sediada na Av. Brasil n 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21045-900, neste ato representada por seu Presidente em Exercício, **Dr. MARIO SANTOS MOREIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 2**** SESP/RJ, CPF nº ***.386.357-**, nomeado pela Portaria nº 1.421, de 29 de dezembro de 2022, publicado no D.O.U. de 02 de janeiro de 2023, Seção 2, página 56, denominada simplesmente **CONVENIENTE**, por intermédio do INSTITUTO RENÉ RACHOU - IRR, sediada na Avenida Augusto de Lima, 1.715, Centro, Belo Horizonte, CEP 30.190-002, neste ato representado pelo seu Diretor, Roberto Sena Rocha, portador(a) da Carteira de Identidade nº 2****, Órgão expedidor: PCMG, CPF no ***.978.206-**, nomeado(a) pela Portaria nº 1.195, de 21/06/2021, publicada no D.O.U. de 22/06/2022, e a FUNDAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE (FIOTEC), inscrita no CNPJ nº 02.385.669/0001-74, localizada na Av. Brasil nº 4.036, Bairro Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ, CEP nº 21.040-361, neste ato denominada **INTERVENIENTE** representado por sua Diretora Executiva Cristiane Teixeira Sendim, com CPF nº **.522.297-**, resolvem firmar o presente **TERMO DE CONVÊNIO**, mediante A Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 10.710/2001 e as

cláusulas e condições que seguem, resolvem celebrar o presente Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto Elaboração de projeto para a implementação da Rede Municipal de Serviços de Atendimento às Mulheres de Belo Horizonte e do Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência, bem como do mapeamento das instituições que realizam atendimento às mulheres que vivenciam situações de violência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO E COORDENAÇÃO

As atividades serão realizadas conforme Plano de Trabalho, cabendo ao CONCEDENTE acompanhar o presente Convênio, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC, e ao CONVENIENTE a implementação das atividades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGENCIA

O presente Convênio terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA– DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Sem prejuízo do constante nas demais Cláusulas deste Convênio, são obrigações:

I - DO CONCEDENTE - SMASAC:

- a) Efetuar o repasse dos recursos necessários à execução do Plano de trabalho, na forma prevista na Cláusula Quinta;
- b) Apoiar no alcance dos resultados previstos no objeto da presente parceria, conforme o Plano de Trabalho;
- c) Sempre que solicitado, prestar informações e esclarecimentos referente à parceria aos integrantes;
- d) Designar, por ato publicado no Diário Oficial do Município – DOM, o gestor da parceria e os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação;
- e) Publicar o extrato desta parceria no Diário Oficial do Município – DOM e respectivas alterações, se for o caso;
- f) Supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do objeto da presente parceria;
- g) Analisar as prestações de contas na forma das Cláusulas deste instrumento.

II - DO CONVENIENTE: DA FIOCRUZ POR MEIO DO INSTITUTO RENÉ RACHOU - IRR

- a) Desenvolver, em conjunto com o MUNICÍPIO, o objeto desta parceria conforme o Plano de Trabalho, prestando ao MUNICÍPIO as devidas informações sempre que solicitado;
- b) Manter a guarda dos documentos referentes à orçamentação realizada no momento da apresentação do Plano de Trabalho, pelo período de 10 (dez) anos, a contar da data de assinatura do termo;
- c) zelar pela qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar a eficiência e eficácia e efetividade social em suas atividades, assegurando a correção de quaisquer irregularidades;
- d) prestar informações aos munícipes e quaisquer interessados sobre o caráter público das ações realizadas em decorrência desta parceria, quando for o caso;
- e) permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre a execução do objeto da parceria, garantindo o acesso de agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, documentos e informações relativos a esta parceria, e aos locais de execução do objeto;

- f) comunicar quaisquer alterações em seus atos societários e em seu quadro de dirigentes, quando houver, em até trinta dias da data de registro no órgão competente;
- g) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do presente Termo, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
- h) manter sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária devidamente regularizada durante toda a vigência da parceria; e
- i) garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços, conforme estabelecido no Plano de Trabalho, se for o caso.

III – DO INTERVENIENTE - FIOTEC

- a) Realizar o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
- b) Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto desta parceria;
- c) Realizar as compras e contratações necessárias à execução do objeto da parceria, observada a compatibilidade do custo efetivo com os valores praticados no mercado, conforme descrição do Plano de Trabalho, tendo como norteadores os princípios da legalidade, moralidade e economicidade, sob pena de nulidade das despesas;
- d) Manter e movimentar os recursos exclusivamente em conta bancária específica, aplicando-os em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos de dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade;
- e) Alocar os recursos repassados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade, sendo vedada sua classificação como receita própria ou pagamento por prestação de serviços;
- f) Não remunerar com recursos repassados:
 - i - Membros de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal;
 - ii - Servidor ou empregado público, inclusive que exerça cargo em comissão ou função de confiança de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
 - iii - Pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais sujeitos a pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
- g) prestar contas na forma fixada na Cláusula Sétima, mantendo a guarda dos documentos pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a sua apresentação;

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros a serem repassados à FIOCRUZ, através da FIOTEC, para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em **R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**, serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

1000.1100.14.422.127.2840.0013.339039.68.15.00

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

6.1 O Conveniente obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

6.2 O Conveniente obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

6.3 O Conveniente deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

6.4 O Conveniente não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

6.5 O Conveniente não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

6.6 O Conveniente obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

6.7 O Conveniente fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

6.8 O Conveniente não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

6.9 O Conveniente deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

6.10 O Conveniente deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

6.11 A notificação não eximirá o Acordante das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

6.12 O Conveniente que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

6.13 O Conveniente fica obrigado a manter preposto para comunicação com a Concedente para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

6.14 O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula,

permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Acordante e a Acordada, bem como, entre o Acordante e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

6.15 O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o Conveniente a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 A CONVENIENTE, que receber recursos por meio deste Convênio, estará sujeita a prestar contas da sua boa e regular aplicação, e o fará através da FIOTEC.

7.2 As faturas, notas fiscais, recibos e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas, relativos à execução fiscal e financeira do objeto pactuado, deverão ser emitidos em nome da FIOTEC, devidamente identificados com o **PROCESSO Nº 01-046.966/23-25**.

Parágrafo Primeiro: Não poderão ser pagos com recursos do Convênio despesas contraídas fora de sua vigência, bem como aquelas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

Parágrafo Segundo: A prestação de contas eletrônica deverá ser entregue no 1º dia útil do mês subsequente à aplicação dos recursos por meio de arquivos digitais no e-mail prescon@pbh.gov.br, devendo ser instruída com os seguintes documentos:

- I – descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- II – demonstração do alcance das metas;
- III – documentos de comprovação da execução das ações e do alcance das metas que evidenciem o cumprimento do objeto definidos no plano de trabalho como meios de verificação, como listas de presenças, fotos, vídeos e outros;
- IV – documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens ou serviços, quando houver;
- V – relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;
- VI – justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

§ 1º - A prestação de contas deverá ser entregue por meio digital e os arquivos deverão ser destravados, salvos em mídia eletrônica ou encaminhados por correio eletrônico prescon@pbh.gov.br.

§ 2º - Todas as páginas das prestações de contas deverão ser numeradas de forma sequencial, e os documentos comprobatórios das despesas devem ser apresentados em ordem cronológica de saída de recursos da conta do convênio.

§ 3º - Não serão aceitos documentos ilegíveis, com rasuras ou com prazo de validade vencido.

§ 4º - No caso de pagamento de despesas rateadas com outros convênios, deverá ser informada a base de rateio, com o detalhamento integral do pagamento. Fica a Concedente autorizada a inspecionar in loco, se assim o desejar, bem como pedir as informações que julgar necessárias para a devida comprovação das despesas rateadas.

Parágrafo Terceiro: Apresentar a seguinte documentação para comprovação de pagamento de pessoal nas prestações de contas mensais, quando for o caso:

1. Cópias das folhas de pagamento, legíveis e em ordem alfabética, relativa ao mês de efetiva execução do convênio, com os respectivos comprovantes de crédito bancário (nominal), para comprovação de

pagamento dos salários;

2. Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS – GRF e da Guia de Previdência Social – GPS, com respectivos comprovantes de pagamento.

3. Cópia da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP completa, gerada por intermédio do SEFIP – Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, contendo a Relação de Empregados – RE, comprovante de declaração à Previdência Social e o protocolo de conectividade (social) do envio.

4. Todos os documentos deverão ser referentes à competência (mês) de execução do convênio/prestação de contas, com exceção da GPS, que será referente à competência imediatamente anterior ao mês de execução.

Parágrafo Quarto: Encaminhar nas prestações de contas mensais, em relação destacada, informação dos profissionais admitidos e demitidos no período, quando for o caso.

Parágrafo Quinto: O atraso na entrega da prestação de contas que venha a implicar no respectivo atraso de liberação de recursos responsabilizará a CONVENIENTE a arcar com eventuais pagamentos de multas e juros de despesas contraídas em função do convênio.

Parágrafo Sexto: Não serão admitidas despesas de período divergente daquele da prestação de contas.

Parágrafo Sétimo: Constatada irregularidade ou inadimplência na apresentação da prestação de contas, apurados pelos pareceres técnicos e/ou financeiros, a unidade administrativa da Concedente responsável pela emissão do parecer, notificará a Conveniente, dando-lhe o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para sanar a irregularidade. O transcurso do prazo não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados ao erário.

§ 1 - Após manifestação da Conveniente acerca do conteúdo dos pareceres técnicos e/ou financeiro e sua respectiva avaliação pela Concedente, na hipótese de não resolução das inconsistências de forma integral, a unidade administrativa da Concedente notificará novamente a Entidade sobre as pendências remanescentes, que possuirá prazo máximo de 02 (dois) úteis para sanar as irregularidades.

§ 2 – O parecer financeiro decorrente de análise de prestação de contas que resulte em glosa, respeitado o direito do contraditório, deverá indicar o ingresso de recurso em favor da SMASAC, em conta bancária destinada as glosas e devoluções de convênios de saída.

Parágrafo Oitavo: A CONVENIENTE deverá manter em seus arquivos os documentos originais que compõem a prestação de contas por um período de 10 anos.

Parágrafo Nono: Para aquisição de bens e contratação de serviços com terceiros com recursos transferidos pela administração pública municipal, a conveniente deverá realizar, no mínimo, cotação prévia de preços no mercado, observados os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade. A pesquisa de preços será realizada mediante um dos seguintes parâmetros:

1. Portal de Compras Governamentais - www.comprasgovernamentais.gov.br;

2. Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;

3. Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

4. Pesquisa com, no mínimo, três fornecedores ou prestadores de serviço.

§ 1º - Na hipótese do item 4 dos parâmetros de pesquisa, os orçamentos deverão:

a) ser emitidos em papel timbrado, com aplicação de carimbo do CNPJ da empresa e assinatura do responsável ou emitido por e-mail institucional;

b) possuir data de validade e emissão;

c) os mesmos parâmetros de pesquisa de mercado, observando a quantidade de itens cotados e especificações;

§ 2º - No âmbito de cada parâmetro, o resultado da pesquisa de preços será a média ou o menor dos preços obtidos. Apenas no caso do item I será admitida a pesquisa de um único preço.

§ 3º - A utilização de outro método para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, que não seja o disposto neste instrumento deverá ser devidamente justificada pela autoridade competente da Conveniada. No caso do item 2 dos parâmetros de pesquisa, somente serão admitidos os preços cujas datas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias da aquisição a ser realizada.

§ 4º - Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente da Conveniada e área fiscalizadora da Concedente, será admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores ou até mesmo sua dispensa de cotação.

§ 5º - Para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, não serão considerados os preços inexequíveis ou os excessivamente elevados.

Parágrafo Décimo: A prestação de contas final será apresentada à unidade Concedente, até 60 (sessenta) dias corridos após a vigência do termo ou cumprimento total das obrigações pactuadas.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

8.1 Este Convênio poderá ser alterado mediante acordo entre os partícipes, por termo aditivo, vedada a mudança do objeto.

8.2 No caso de aumento de metas, a proposta deverá ser acompanhada dos respectivos ajustes no Plano de Trabalho, de orçamentos detalhados e de relatórios regular execução das metas, etapas e fase já pactuadas.

CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, o CONVENIENTE, através da FIOTEC, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, obriga-se a recolher à conta única do tesouro municipal e:

I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas

nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Convênio;

II - o valor total transferido pelo CONCEDENTE, atualizado monetariamente nos seguintes casos:

- a) quando não for executado o objeto do Convênio;
- b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

III - o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença. Para tanto, o procedimento será efetuado mediante aviso formal da parte interessada, respeitando o prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência.

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
- d) pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que torne, formal ou materialmente, inexecutável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

11.1 A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial Do Município - DOM, a qual deverá ser providenciada pelo CONCEDENTE.

11.2 A CONVENIENTE FIOCRUZ publicará, como condição de eficácia, o presente Acordo, por extrato, no Diário Oficial da União - D.O.U., até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar daquela

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

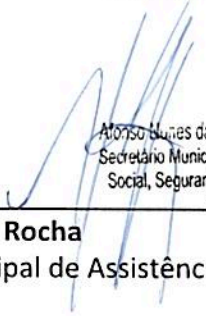
O presente Convênio poderá ser rescindido de pleno direito, no caso de infração a quaisquer de suas Cláusulas, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, ficando a inadimplente obrigada

a ressarcir os danos causados à parte lesada. Poderá, também, ser denunciado por quaisquer das Partícipes, a qualquer tempo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias para publicidade, ficando as partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram da avença, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

Não logrando êxito a conciliação e solução administrativa, fica eleito o foro da comarca da Justiça Federal, Seção Judiciária de Belo Horizonte, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por estarem acordados com os termos dessa parceria, as partes firmam em 3 (três) vias de igual teor e forma o presente instrumento.

Belo Horizonte, ____ de _____ de _____


Adoniso Nunes da Cruz Neto - BM 96.095-4
Secretário Municipal Adjunto de Assistência
Social, Segurança Alimentar e Cidadania
SMASAC

Rosilene Cristina Rocha

Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC

Mario Santos Moreira

Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Roberto Sena Rocha

Instituto René Rachou - IRR

Cristiane Teixeira Sendim

Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde - FIOTEC



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Teixeira Sendim, Usuário Externo**, em 21/12/2023, às 06:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Sena Rocha, Diretor**, em 21/12/2023, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARIO SANTOS MOREIRA, Presidente**, em 21/12/2023, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3437648** e o código CRC **CFC37E58**.

Referência: Processo nº 25381.000541/2023-26

SEI nº 3437648